

**CONTRATO DE CONDIÇÕES GERAIS  
PARA COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL**

ENTRE

**ENEVA S.A.**

E

**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**

22 de abril de 2024

## ÍNDICE

1. Definições e Interpretação.....	3
2. Objeto.....	15
3. Compra e Venda.....	15
4. Vigência e Fornecimento.....	16
5. Obrigações das Partes.....	16
6. Preço.....	17
7. Faturamento.....	17
8. Condições Gerais de Pagamento e Garantia.....	18
9. Tributos.....	21
10. Qualidade e Condições de Entrega do Gás.....	22
11. Programação.....	22
12. Manutenções Programadas.....	24
13. Medição.....	24
14. Penalidades.....	25
15. Caso Fortuito e Força Maior.....	28
16. Inadimplemento e Rescisão.....	32
17. Solução de Disputas.....	34
18. Sigilo e Confidencialidade.....	40
19. Cessão de Direitos e Obrigações.....	41
20. Conduta das Partes.....	42
21. Notificações.....	44
22. Declaração e Garantias.....	45
23. Disposições Gerais.....	46

ESTE **CONTRATO DE CONDIÇÕES GERAIS PARA COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL** ("**CCG**") é celebrado em 22 de abril de 2024 entre:

- (i) **ENEVA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, bloco I, 2º e 4º andares, Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 04.423.567/0001-21, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**ENEVA**"); e
- (ii) **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, sociedade de economia mista com sede na Av. Washington Soares, nº 6475, CEP 60.830-005, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 73.759.185/0001-96, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**CEGÁS**").

ENEVA e CEGÁS serão individualmente referidas como "**PARTE**" e, conjuntamente, como "**PARTES**".

Cada uma das PARTES poderá ser COMPRADORA ou VENDEDORA no contexto de uma TRANSAÇÃO, conforme definido na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

#### **CONSIDERANDO QUE:**

- A. as PARTES são autorizadas, nos termos da regulação aplicável, a exercer a atividade de comercialização e de carregamento de GÁS;
- B. as PARTES têm interesse na eventual compra e venda de GÁS entre si, em modalidade de fornecimento a ser definida futuramente de acordo com as necessidades e objetivos de seu negócio;
- C. as PARTES desejam estabelecer desde já os termos e condições gerais de um futuro fornecimento de GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA em antecipação à especificação das características comerciais e operacionais do fornecimento, com o objetivo de facilitar uma futura transação;
- D. as PARTES acordam que as condições comerciais e específicas de uma eventual venda e entrega de GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA e compra, recebimento e pagamento de GÁS pela COMPRADORA, bem como as características da respectiva modalidade de fornecimento, serão futuramente acordadas nos termos da(s) CONFIRMAÇÃO(ÕES) DE FORNECIMENTO a ser(em) firmada(s) entre as PARTES com base no(s) modelo(s) constante(s) do ANEXO A – CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO e demais anexos deste CCG;
- E. as CONFIRMAÇÃO(ÕES) DE FORNECIMENTO definirão a(s) responsabilidade(s) da(s)

PARTE(s) pela contratação de serviços de transporte para atendimento de uma TRANSAÇÃO, devendo as PARTES, no âmbito da(s) eventual(is) CONFIRMAÇÃO(ÕES) DE FORNECIMENTO, acordar se (i) a VENDEDORA celebrará CONTRATO(S) DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE em regimes de entrada e saída (“CONTRATAÇÃO UNILATERAL DE TRANSPORTE”); ou (ii) se a VENDEDORA celebrará CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE no regime de entrada enquanto a COMPRADORA celebrará CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE no regime de saída (“CONTRATAÇÃO BILATERAL DE TRANSPORTE”).

ASSIM SENDO, as PARTES têm entre si justo e acordado este CCG, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

## **1. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO**

### **1.1. Definições**

Neste CCG, os termos e expressões abaixo grafados em maiúsculas, seja no plural ou no singular, terão os significados que lhes são atribuídos neste item:

**AFILIADA** – significa, com relação a qualquer PARTE, (i) qualquer outra PESSOA que direta ou indiretamente controle ou seja controlada por ou esteja em regime de controle comum direto ou indireto com a primeira PESSOA; (ii) qualquer pessoa física que seja ou venha a se tornar um administrador, conselheiro ou diretor da primeira PESSOA; (iii) qualquer cônjuge, ex-cônjuge, ascendente ou descendente até o segundo grau de qualquer uma das PESSOAS anteriormente descritas; ou (iv) qualquer PESSOA que seja direta ou indiretamente controlada por qualquer uma das PESSOAS anteriormente descritas. Conforme utilizado nesta definição, “controle”, “controlada por” e “em regime de controle comum” significa, em relação a uma dada PESSOA, o poder de, direta ou indiretamente, eleger a maioria dos administradores de uma outra PESSOA e, cumulativamente, de dirigir, direta ou indiretamente, as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos de tal PESSOA, quer por meio da propriedade de valores mobiliários, por força de contrato ou de qualquer outro modo.

**ANO** – significa cada período de 12 (doze) MESES, ao longo de toda a vigência deste CCG.

**ANP** – significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478/1997.

**ARBITRAGEM** – significa o procedimento de solução de controvérsia previsto no item 17.1 deste CCG.

**ÁRBITRO** – significa cada um dos membros do TRIBUNAL ARBITRAL responsável pela

ARBITRAGEM, indicados de acordo com o item 17.1.2 deste CCG.

**ARREDONDAMENTO, ARREDONDADO OU ARREDONDAR:** significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

**AUTORIDADE GOVERNAMENTAL** – significa qualquer pessoa jurídica de direito público brasileira, incluindo os seus funcionários, empregados, prepostos ou representantes, que tenha competência para impor normas ou regras para qualquer das PARTES ou relativas a quaisquer operações previstas neste CCG, de acordo com a LEI.

**AVISO** – significa qualquer instrumento por escrito enviado de uma PARTE à outra PARTE, exigido ou permitido, nos termos deste CCG, para notificar, indicar, comunicar, confirmar, informar ou solicitar, o qual deverá ser entregue no endereço do destinatário, podendo ser entregue (a) pessoalmente, mediante protocolo, (b) por carta certificada ou registrada, com franquia paga na origem e aviso de recebimento, (c) por meio eletrônico (*e-mail*), cujo recebimento seja confirmado pelo destinatário, ou (d) por serviço de correio expresso e contínuo, reconhecido internacionalmente, com todas as despesas de porte e entrega pagas pelo remetente.

**AVISO DE CONFIRMAÇÃO** – significa o instrumento específico enviado de uma PARTE à outra PARTE, conforme modelo constante do Apêndice III da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**AVISO DE DISPONIBILIDADE** – significa o instrumento específico enviado de uma PARTE à outra PARTE, conforme modelo constante do Apêndice II da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**AVISO DE SOLICITAÇÃO** – significa o instrumento específico enviado de uma PARTE à outra PARTE, conforme modelo constante do Apêndice I da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**CÂMARA ARBITRAL** – tem o significado que lhe é atribuído no item 17.1.1.

**CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR** – tem o significado que lhe é atribuído no item 15.1.1.

**CÓDIGO CIVIL** – significa a Lei Federal nº 10.406/2002, conforme alterada.

**CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL** – significa a Lei Federal nº 13.105/2015, conforme alterada.

**CONDIÇÕES BASE** – significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

**CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA** – significam as CONDIÇÕES BASE e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

**CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS** – significam os valores máximos e mínimos de pressões, e vazões no(s) PONTO(S) DE ENTREGA para fins de disponibilização do GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA definidas no item 8 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO** – significa o documento celebrado pelas PARTES nos termos de um dos modelos contidos no Anexo A deste CCG, o qual estabelecerá a MODALIDADE DE FORNECIMENTO, as condições operacionais, as condições comerciais, os direitos e obrigações de cada PARTE com relação a uma TRANSAÇÃO, e que passará a integrar automaticamente este CCG.

**CONTA DE TITULARIDADE DA COMPRADORA** – significa a conta corrente de titularidade da COMPRADORA definida no item 13 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO na qual serão realizados os pagamentos de todos os montantes devidos pela VENDEDORA à COMPRADORA nos termos deste CCG.

**CONTA DE TITULARIDADE DA VENDEDORA** – significa a conta corrente de titularidade da VENDEDORA definida no item 13 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO na qual serão realizados os pagamentos de todos os montantes devidos pela COMPRADORA à VENDEDORA nos termos deste CCG.

**CCG** – significa este Contrato de Condições Gerais de Compra e Venda de Gás Natural e seus anexos, assinado pelas PARTES, assim como termos aditivos que venham a ser assinados pelas PARTES.

**CONTRATAÇÃO BILATERAL DE TRANSPORTE** – tem o significado que lhe é atribuído no Considerando “E”.

**CONTRATAÇÃO UNILATERAL DE TRANSPORTE** – tem o significado que lhe é atribuído no Considerando “E”.

**CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE** – significa o instrumento de contratação de volume de entrada, saída e/ou eventuais interconexões no SISTEMA DE TRANSPORTE

para atendimento das necessidades de transporte de gás de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, a ser firmado por uma ou ambas as PARTES e a TRANSPORTADORA, conforme previsto na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO aplicável.

**CPI** - significa o Consumer Price Index for All Urban Consumers, referente à inflação do dólar americano, publicado pela Bureau of Labor Statistics.

**DEPÓSITO GARANTIA** – tem o significado que lhe é atribuído no item 8.10.2.

**DIA** – significa o período de 24h (vinte e quatro horas) consecutivas que se inicia e termina à 0h (zero hora), horário da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**DIA ÚTIL** – significa o dia no qual haja expediente bancário nas cidades do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e de Fortaleza, Estado do Ceará.

**DISPUTA** – significa qualquer disputa, litígio ou controvérsia de qualquer tipo ou natureza envolvendo as PARTES e que decorra, seja pertinente ou relacionada a este CCG, incluindo disputas que versem sobre negociação, validade, interpretação, exigibilidade, violação ou inadimplemento deste CCG.

**DOCUMENTO DE COBRANÇA** – significa qualquer fatura, duplicata, nota de débito ou título, bem como qualquer outro documento, emitido por uma PARTE para cobrança de valor que lhe deva ser pago, nos termos deste CCG, pela outra PARTE.

**ENCARGO DE CAPACIDADE DE TRANSPORTE OU ECT** – significa a remuneração mínima mensal devida à VENDEDORA, exclusivamente pelos custos fixos não recuperáveis associados à eventual reserva de capacidade de transporte do GÁS no SISTEMA DE TRANSPORTE contratado pela VENDEDORA no âmbito do CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, para atender a COMPRADORA em uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, conforme aplicável.

**ESTAÇÃO DE ENTREGA** – significa o conjunto de instalações, incluindo o SISTEMA DE MEDIÇÃO, localizadas junto ao SISTEMA DE TRANSPORTE para disponibilização do Gás pela VENDEDORA ou por terceiro por ela contratado à COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, nas condições estabelecidas neste CCG, cuja responsabilidade de operação e manutenção poderá ser da VENDEDORA, da COMPRADORA ou de terceiro, conforme definido na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**FALHA DE FORNECIMENTO** – significa qualquer situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA, no PONTO DE ENTREGA, de qualquer dos seguintes fatos:

- (a) falta de disponibilidade de GÁS segundo a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), nas condições previstas neste CCG e na

CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, inclusive se causada por FALHA DE PROGRAMAÇÃO DE TRANSPORTE da VENDEDORA; e

- (b) rejeição expressa, pela COMPRADORA, de QUANTIDADES DE GÁS DESCONFORME, observadas as condições para configuração de FALHA DE FORNECIMENTO previstas neste CCG e na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO para tais fins, nos casos de CONTRATAÇÃO UNILATERAL DE TRANSPORTE pela VENDEDORA.

Não se configurará uma FALHA DE FORNECIMENTO nas seguintes hipóteses:

- (i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR;
- (ii) ser o fato imputável à COMPRADORA, nos termos deste CCG;
- (iii) ter havido prévia concordância tácita ou expressa da COMPRADORA de receber o GÁS DESCONFORME após envio de AVISO DE GÁS DESCONFORME pela VENDEDORA, nos casos de CONTRATAÇÃO UNILATERAL DE TRANSPORTE pela VENDEDORA;
- (iv) ter o fato ocorrido em razão de MANUTENÇÕES PROGRAMADAS ou MANUTENÇÕES EMERGENCIAIS, observado o LIMITE DE MANUTENÇÕES previsto na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**FALHA DE PROGRAMAÇÃO DE TRANSPORTE** – significa a falha de uma das PARTES em programar junto à TRANSPORTADORA, no âmbito do CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE aplicável, a entrada e/ou a saída da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA no âmbito de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO para determinado DIA.

**FINANCIADORES** – significam as agências multilaterais, os bancos de desenvolvimento, os bancos comerciais ou outras instituições financeiras que se comprometam a tornar disponíveis certas linhas de crédito ou outros serviços financeiros ou de apoio creditício, inclusive qualquer agência de crédito à exportação e qualquer agente ou agente fiduciário de quaisquer das pessoas acima citadas, juntamente com seus respectivos sucessores e cessionários e quaisquer pessoas sub-rogadas em seus direitos.

**FORNECIMENTO** – significa o suprimento de GÁS no PONTO DE ENTREGA nos termos estabelecidos em uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**GÁS** ou **GÁS NATURAL** – significa o gás natural objeto deste CCG, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, e que se encontra no estado gasoso nas



CONDIÇÕES BASE; que tenha origem nacional ou importada.

**GÁS DESCONFORME** – significa o GÁS que não esteja de acordo com a QUALIDADE DO GÁS, nos termos da Cláusula Dez.

**GÁS DE ULTRAPASSAGEM** – significa as QUANTIDADES DE GÁS que a COMPRADORA, em determinado DIA, tenha retirado em volume superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), observados os limites percentuais estabelecidos no item 11 de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**GARANTIA DA COMPRADORA** – tem o significado que lhe é atribuído no item 8.10.1.

**GARANTIA DE PAGAMENTOS** – significa a GARANTIA DA COMPRADORA, na modalidade de garantia definida a critério da VENDEDORA, conforme estabelecido no Anexo C, a depender da MODALIDADE DE FORNECIMENTO contratada por meio de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**GNL** – significa o GÁS NATURAL liquefeito em condições criogênicas.

**INÍCIO DE FORNECIMENTO** – significa o DIA do início do FORNECIMENTO conforme acordado na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**INSTALAÇÕES DA VENDEDORA** – significam equipamentos e instalações vinculados à produção, tratamento, processamento, estocagem, regaseificação, armazenamento, movimentação, transporte e/ou entrega do GÁS pela VENDEDORA no PONTO DE ENTREGA, incluindo instalações associadas à movimentação de GNL, podendo tais instalações serem de propriedade da VENDEDORA, de uma AFILIADA da VENDEDORA, DA TRANSPORTADORA ou de TERCEIROS.

**IPCA** – significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo. Caso o IPCA seja extinto e não seja substituído por outro índice, as PARTES acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim.

**LEI** – significa (i) qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, medida provisória, código, decreto, regulamento, resolução, portaria, deliberação administrativa) vigente ou que venha a vigorar durante a execução deste CCG, ou (ii) decisão judicial aplicável às PARTES ou que tenha efeito *erga omnes*, ou (iii) outras exigências ou restrições emanadas de qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas neste CCG.

**LEIS ANTICORRUPÇÃO** – significa as leis, estatutos, regras e regulamentos que regem este CCG contra práticas de corrupção, suborno ou quaisquer atos lesivos à administração pública e ao patrimônio público, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 12.846/2013, a Lei nº 8.429/1992, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal Brasileiro), e a Lei de Práticas de Corrupção no Exterior de 1977 dos EUA (*US Foreign Corrupt Practices Act*), incluindo suas modificações posteriores e, quando aplicável, os princípios descritos na 'Convenção sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais' do Decreto nº 3.678/2000.

**MANUTENÇÃO EMERGENCIAL** – significa manutenções e/ou reparos tecnicamente necessários nas INSTALAÇÕES DA VENDEDORA e/ou nas INSTALAÇÕES DA COMPRADORA em situações críticas e emergenciais que demandem a interrupção ou restrição no fornecimento ou recebimento de GÁS no âmbito de uma TRANSAÇÃO, conforme o caso, por constituírem risco à segurança de pessoas, à integridade das respectivas instalações ou ao meio ambiente.

**MANUTENÇÃO PROGRAMADA** – significa manutenções e/ou reparos tecnicamente recomendáveis nas INSTALAÇÕES DA VENDEDORA e/ou nas INSTALAÇÕES DA COMPRADORA, que demandem a interrupção ou restrição no fornecimento ou recebimento de GÁS no âmbito de uma TRANSAÇÃO, conforme o caso, observados os limites indicados na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**MÊS** – significa o período que se inicia a 0h (zero hora) do primeiro DIA de um MÊS calendário e termina às 24h (vinte e quatro horas) do último DIA deste mesmo MÊS. “MENSALMENTE” será interpretado do mesmo modo.

**METRO CÚBICO (m<sup>3</sup>)** – significa o volume de GÁS NATURAL que, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA DO GÁS, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

**MODALIDADE FIRME** – significa a modalidade de fornecimento de GÁS no qual a VENDEDORA se obriga a vender e entregar uma QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) DIARIAMENTE, em caráter contínuo, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), ficando a COMPRADORA sujeita às respectivas obrigações de comprar e receber, sem prejuízo das obrigações de *TAKE OR PAY* acordadas, nos termos da respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**MODALIDADE FLEXÍVEL PUT** – significa a modalidade de fornecimento de GÁS no qual a COMPRADORA se obriga a comprar e receber a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDN) definida pela VENDEDORA até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), ficando a COMPRADORA sujeita às respectivas obrigações de recebimento acordadas nos termos da respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**MODALIDADE FLEXÍVEL CALL** – significa a modalidade de fornecimento de GÁS no qual a VENDEDORA se obriga a vender e entregar uma QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) sempre que programada pela COMPRADORA, ficando a COMPRADORA sujeita às respectivas obrigações de comprar e receber, nos termos da respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**MODALIDADE FLEXÍVEL SPOT** – significa a modalidade de fornecimento de curto prazo de GÁS no qual a VENDEDORA se obriga a vender e entregar uma QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), ficando a COMPRADORA sujeita às respectivas obrigações de comprar e receber, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) acordada nos termos da respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**MODALIDADE DE FORNECIMENTO** – significa a MODALIDADE FIRME, a MODALIDADE FLEXÍVEL PUT, a MODALIDADE FLEXÍVEL CALL e/ou a MODALIDADE FLEXÍVEL SPOT acordada pelas PARTES para uma TRANSAÇÃO, nos termos da respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**MUDANÇA DE LEI** – significa a ocorrência, após a data de assinatura deste CCG, de (i) entrada em vigor de qualquer nova LEI; (ii) modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor; ou (iii) mudança na interpretação ou aplicação de qualquer LEI em vigor por precedente/orientação jurisprudencial vinculante e consolidada em última instância decisória, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, que afete direta e comprovadamente o cumprimento das obrigações assumidas ou o exercício dos direitos por qualquer das PARTES nos termos deste CCG.

**PARTE** – significa, no singular, a VENDEDORA ou a COMPRADORA, e, no plural, a VENDEDORA e a COMPRADORA, conjuntamente.

**PARTE AFETADA** – significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, nos termos do item 15.1.1.

**PENALIDADE POR GÁS DESCONFORME** – tem o significado que lhe é atribuído no item 14.1.2.

**PENALIDADE POR FALHA DE FORNECIMENTO** – tem o significado que lhe é atribuído no item 14.1.1.

**PENALIDADE POR FALHA DE PROGRAMAÇÃO DE TRANSPORTE** – tem o significado que lhe é atribuído no item 14.2.3.

**PENALIDADE POR RETIRADA MAIOR** – tem o significado que lhe é atribuído no item 14.2.2.

**PENALIDADE POR RETIRADA MENOR** – tem o significado que lhe é atribuído no item 14.2.1.

**PERÍODO DE FATURAMENTO** – significa o período estabelecido na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO de acordo com a respectiva MODALIDADE DE FORNECIMENTO selecionada para uma TRANSAÇÃO.

**PERITAGEM** – significa o procedimento adotado para solução de DISPUTA nos termos do item 17.1.

**PERITO** – significa qualquer terceiro independente, perito técnico, contábil ou financeiro nomeado pelas PARTES para resolver uma DISPUTA nos termos do item 17.2.

**PESSOA** – significa uma pessoa natural, jurídica ou entidade não personificada, incluindo, mas não limitado, a sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, consórcio, parceria, associação, fundos de investimento, condomínios, universalidade de direitos e AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS.

**PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA** ou **PCR** – significa um PCS de  $9.400 \text{ kcal/m}^3$  (nove mil e quatrocentas quilocalorias por METRO CÚBICO), onde 1 kcal (uma quilocaloria) equivale a 3,9683 BTU (três inteiros, nove mil, seiscentos e oitenta e três décimos de milésimos de *British Thermal Units*).

**PODER CALORÍFICO SUPERIOR** ou **PCS** – significa a quantidade de energia liberada, na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, a pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será  $\text{kcal/m}^3$  (quilocaloria por metro cúbico). Para conversão de unidades, será considerado 1 caloria igual a 4,1855 Joules.

**PONTO DE ENTREGA** – significa a localidade física onde o GÁS será entregue pela VENDEDORA e recebido pela COMPRADORA, ou por terceiro por ela contratado, conforme detalhado na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, no qual ocorre a tradição e a transferência de propriedade e posse do GÁS da VENDEDORA à COMPRADORA.

**PREÇO DO GÁS** – tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1 e definido em  $\text{R\$/m}^3$  (reais por METRO CÚBICO) no item 11 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**PREÇO DO GÁS DE ULTRAPASSAGEM** – significa o preço aplicável ao GÁS DE ULTRAPASSAGEM, observados os limites percentuais estabelecidos no item 11 de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**PRESSÕES DE FORNECIMENTO** – correspondem à PRESSÃO MÁXIMA e à PRESSÃO MÍNIMA estabelecidas no item 8 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**PRESSÃO MÁXIMA** – significa a pressão manométrica máxima de operação no PONTO DE ENTREGA, conforme definido no item 8 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**PRESSÃO MÍNIMA** – significa a pressão manométrica mínima de operação no PONTO DE ENTREGA, conforme definido no item 8 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**QUALIDADE DO GÁS** – significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados no item 10.1.

**QUANTIDADE DE GÁS** – significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

**QUANTIDADE DE GÁS DESCONFORME** – significa um volume de GÁS DESCONFORME, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

**QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA** ou **QDC** – significa a QUANTIDADE DE GÁS prevista no item 5 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA** ou **QDD** – significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha efetivamente disponibilizado à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA, conforme item 11.2.

**QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT** ou **QDN PUT** – significa a QUANTIDADE DE GÁS nominada pela VENDEDORA à COMPRADORA, em determinado DIA, no PONTO DE ENTREGA, observado o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, e automaticamente considerada como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA nos termos da respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA** ou **QDP** – significa a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA tenha programado para disponibilizar à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA, observadas as regras de programação contidas no item 9 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA** ou **QDR** – significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada pela COMPRADORA, no DIA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, apurada no PONTO DE ENTREGA.

**QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA ou QDS** – significa a QUANTIDADE DE GÁS que a COMPRADORA solicite que seja entregue pela VENDEDORA, em determinado DIA, no PONTO DE ENTREGA, observado o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL.

**QUANTIDADE MEDIDA ou QM** – significa a QUANTIDADE DE GÁS que, no DIA, segundo apuração feita no SISTEMA DE MEDIÇÃO, tenha sido entregue pela VENDEDORA à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA.

**QUANTIDADE NÃO RETIRADA ou QNR** – significa a QUANTIDADE DE GÁS não retirada pela COMPRADORA em relação à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA no âmbito de uma TRANSAÇÃO nos termos da respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS ou QPNR** – significa o saldo de QUANTIDADE DE GÁS acumulado pela COMPRADORA em decorrência de pagamentos efetuados à VENDEDORA de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) a título de *TAKE OR PAY (TOP)* nos termos da respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO no âmbito da MODALIDADE FIRME.

**REAL ou R\$** – significa a moeda corrente do Brasil.

**REPRESENTANTES** – significa, com relação a qualquer PARTE, os administradores, diretores, prepostos, empregados, representantes, consultores, agentes, pessoal e terceiros atuando a serviço, no interesse ou em benefício da referida PARTE ou de suas AFILIADAS.

**SISTEMA DE MEDIÇÃO** – significa, o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, situados na ESTAÇÃO DE ENTREGA.

**SISTEMA DE TRANSPORTE** – significa o sistema formado por gasodutos de transporte interconectados e por outras instalações necessárias à manutenção de sua estabilidade, confiabilidade e segurança, nos termos da regulação ANP aplicável.

**TAKE OR PAY ou TOP** – significa o compromisso mínimo de pagamento devido pela COMPRADORA à VENDEDORA nos casos de contratação de FORNECIMENTO na MODALIDADE FIRME nos termos da respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO celebrada entre as PARTES.

**TRANSAÇÃO** – significa uma transação de compra e venda de GÁS nos termos e condições acordados na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO celebrada entre as PARTES.



**TRANSPORTADORA** – significa a transportadora de gás devidamente autorizada nos termos da regulação ANP aplicável, com a qual as PARTES venham a firmar CONTRATO DE TRANSPORTE DE GÁS para viabilizar a injeção, o transporte e a retirada do GÁS referente a uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

**TRIBUNAL ARBITRAL** – tem o significado que lhe é atribuído no item 17.1.2.

**TRIBUTO(S)** – significa qualquer imposto, taxa, contribuição fiscal ou parafiscal, empréstimo compulsório, e/ou contribuição de melhoria, que variem em função direta dos valores que sejam devidos em razão deste CCG, ou, ainda, que, em decorrência da execução dos mesmos, resulte em qualquer ônus tributário, incluindo, mas não se limitando, aos impostos, taxas, contribuições, empréstimos compulsórios e/ou contribuições de melhoria que sejam devidos em razão da movimentação financeira dos valores pagos, da quantidade de gás fornecida ou por qualquer outro motivo, nos termos deste CCG.

## **1.2. Interpretação**

1.2.1. As seguintes regras de interpretação deverão ser aplicadas a este CCG e a qualquer CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO:

- (a) as definições serão aplicadas tanto no singular quanto no plural e o gênero feminino incluirá o masculino e vice-versa, sem alteração de significado, a menos que o contexto requeira o contrário;
- (b) os títulos das cláusulas e Anexos foram incluídos por mera conveniência, não afetando a interpretação deste CCG ou de qualquer CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO;
- (c) salvo se de outra forma estiver expressamente estabelecido neste CCG, as referências a cláusulas, itens ou Anexos aplicam-se a cláusulas, itens e Anexos deste CCG ou de qualquer CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO;
- (d) os Anexos são incorporados a este CCG, devendo ser considerados parte integrante deste CCG, como se aqui transcritos, sem prejuízo do disposto no item 3.2;
- (e) os Anexos podem revogar ou alterar as disposições do CCG quando especificamente expreso, devendo prevalecer em relação às disposições do CCG;
- (f) as referências a este CCG ou a qualquer CONFIRMAÇÃO DE

FORNECIMENTO ou a outro documento deverão ser interpretadas como referência a este CCG, à CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO ou a outro documento, conforme aditado, alterado, consolidado, complementado ou substituído, conforme acordado por escrito pelas PARTES;

- (g) as referências à LEI serão interpretadas como referências à LEI, conforme alterada ou conforme a interpretação ou aplicação dela seja modificada de tempos em tempos;
- (h) as referências a qualquer contrato, incluindo este CCG, deverão incluir seus anexos e qualquer substituição, suplementação ou aditivo do mesmo;
- (i) as palavras “incluir”, “inclui” e “incluindo” serão consideradas como seguidas pela expressão “sem limitação”;
- (j) qualquer referência a qualquer PESSOA deverá incluir os sucessores e cessionários de tal PESSOA; e
- (k) nenhuma interpretação sobre qualquer disposição deste CCG ou de seus Anexos ou de qualquer CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO será aplicada em desfavor de uma PARTE sob a alegação de que essa PARTE a elaborou e/ou apresentou.

1.2.2. No caso de conflito entre qualquer disposição de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO e os termos e condições deste CCG, a disposição específica da respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO deverá prevalecer para todos os fins.

## **2. OBJETO**

2.1. Este CCG tem o objetivo de estabelecer termos e condições gerais para potenciais TRANSAÇÕES entre as PARTES, sendo que cada TRANSAÇÃO deverá ser confirmada por escrito mediante a celebração da respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

2.1.1. Uma AFILIADA de uma PARTE poderá celebrar uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO com a outra PARTE, ou com uma AFILIADA da outra PARTE no âmbito deste CCG. Após celebrada, a respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO será incorporada a este CCG e este CCG e a respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO constituirão um único instrumento quanto a um FORNECIMENTO relacionado a uma TRANSAÇÃO, observado o disposto no item 1.2.2



- 2.2. Sem prejuízo das disposições deste CCG, nenhuma das PARTES terá quaisquer obrigações ou responsabilidades relacionadas à compra e venda de qualquer QUANTIDADE DE GÁS até que as PARTES tenham celebrado uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO detalhando uma respectiva TRANSAÇÃO.

### **3. COMPRA E VENDA**

- 3.1. Após a celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA concorda em vender e entregar, e a COMPRADORA em comprar, receber e pagar à VENDEDORA, as QUANTIDADES DE GÁS programadas, conforme a MODALIDADE DE FORNECIMENTO selecionada, de acordo com os termos e condições acordados na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.
- 3.2. Após celebrada, uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO será incorporada a este CCG e este CCG e a respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO constituirão um único instrumento entre as PARTES quanto a um FORNECIMENTO relacionado a uma TRANSAÇÃO, observado o disposto no item 1.2.2.
- 3.3. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA à COMPRADORA no âmbito de uma TRANSAÇÃO ocorrerá no flange imediatamente à jusante do medidor de vazão do SISTEMA DE MEDIÇÃO localizado no PONTO DE ENTREGA.
- 3.4. Todos os riscos e perdas do GÁS no âmbito de uma TRANSAÇÃO (i) a montante do PONTO DE ENTREGA serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) a jusante do PONTO DE ENTREGA serão de responsabilidade da COMPRADORA.

### **4. VIGÊNCIA E FORNECIMENTO**

- 4.1. O presente CCG entrará em vigor e será válido a partir da data de sua celebração e continuará em vigor pelo prazo de 3 (três) ANOS, podendo ser prorrogado por acordo entre as PARTES mediante a celebração de termo aditivo.
- 4.2. As PARTES só estarão sujeitas aos direitos e obrigações relacionados a um FORNECIMENTO a partir da celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO detalhando uma respectiva TRANSAÇÃO.
- 4.3. Uma TRANSAÇÃO só será considerada extinta nos termos acordados na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO. A extinção de qualquer TRANSAÇÃO não importará na extinção deste CCG e não afetará quaisquer direitos ou obrigações de uma PARTE no âmbito deste CCG.

- 4.4. Sem prejuízo do disposto nos itens 4.1, 4.2 e 4.3 acima, a extinção deste CCG e/ou de qualquer TRANSAÇÃO ocorrerá sem prejuízo aos direitos e obrigações das PARTES anteriores à referida extinção e/ou dela resultantes, além de quaisquer outros direitos das PARTES no âmbito deste CCG, de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO ou da LEI. A extinção deste CCG não importará na extinção de uma TRANSAÇÃO e não afetará quaisquer direitos ou obrigações de uma PARTE no âmbito da referida TRANSAÇÃO acordada anteriormente à extinção DO CCG.

## **5. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 5.1. A partir da celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO detalhando um FORNECIMENTO no âmbito de uma TRANSAÇÃO, as PARTES serão responsáveis pelas respectivas obrigações de nomeação, programação, venda, entrega, recebimento e/ou pagamento, conforme aplicável, definidas na referida CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO e de acordo com a MODALIDADE DE FORNECIMENTO selecionada.

### **5.2. Obrigações da VENDEDORA**

- 5.2.1 A partir da celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO detalhando um FORNECIMENTO no âmbito de uma TRANSAÇÃO, a VENDEDORA compromete-se a vender e entregar à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), até o limite das QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATADAS (QDC), observadas as CONDIÇÕES DE ENTREGA e QUALIDADE DO GÁS.

### **5.3. Obrigações da COMPRADORA**

- 5.3.1 A partir da celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO detalhando um FORNECIMENTO no âmbito de uma TRANSAÇÃO, a COMPRADORA compromete-se a comprar e receber e pagar pelas QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), sem prejuízo das obrigações de *TAKE OR PAY* (TOP) e ENCARGO DE CAPACIDADE DE TRANSPORTE (ECT), quando aplicável nos termos da respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

## **6. PREÇO**

- 6.1. O PREÇO DO GÁS (PG) aplicável ao FORNECIMENTO no âmbito de uma TRANSAÇÃO será estabelecido na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

- 6.2. A CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO estabelecerá os preços aplicáveis ao GÁS DE ULTRAPASSAGEM.

## **7. FATURAMENTO**

- 7.1. O FORNECIMENTO, assim como quaisquer valores devidos por qualquer PARTE no âmbito de uma TRANSAÇÃO, serão faturados após o correspondente MÊS a que se refiram, observado o PERÍODO DE FATURAMENTO, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA aos quais serão acrescidos os TRIBUTOS aplicáveis.

- 7.2. O PERÍODO DE FATURAMENTO dependerá da MODALIDADE DE FORNECIMENTO e será conforme estabelecido no item 13 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

- 7.3. No âmbito de uma TRANSAÇÃO, o valor a ser pago pela COMPRADORA durante um PERÍODO DE FATURAMENTO poderá considerar, de acordo com as especificidades da MODALIDADE DE FORNECIMENTO contratada: (i) o PREÇO DO GÁS; (ii) os PREÇOS DO GÁS DE ULTRAPASSAGEM; (iii) o ENCARGO DE CAPACIDADE DE TRANSPORTE (ECT); (iv) o *TAKE OR PAY (ToP)*; e (v) as penalidades eventualmente aplicadas à VENDEDORA e à COMPRADORA, conforme o caso.

- 7.3.1. O item 13.2 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO detalhará quais os componentes do faturamento descritos no item 7.3 acima deverão ser considerados no âmbito de uma TRANSAÇÃO, bem como suas respectivas metodologias de cálculo.

- 7.4. O pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA a ser emitido no âmbito de uma TRANSAÇÃO observará as regras gerais estabelecidas na Cláusula Oitava (Condições Gerais de Pagamento e Garantia) deste CCG e as regras específicas contidas no item 13 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

## **8. CONDIÇÕES GERAIS DE PAGAMENTO E GARANTIA**

- 8.1. Todos os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 10º (décimo) DIA ÚTIL após o último DIA do correspondente PERÍODO DE FATURAMENTO.

- 8.2. Em caso de apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA com atraso ao prazo previsto, a data de vencimento será prorrogada pelo mesmo número de DIAS do respectivo atraso.

- 8.3. A COMPRADORA deverá efetuar o pagamento do DOCUMENTO DE COBRANÇA na CONTA DE TITULARIDADE DA VENDEDORA até o 20º (vigésimo) DIA DO MÊS em

que ocorreu a apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA.

- 8.4. Eventuais pagamentos devidos pela VENDEDORA à COMPRADORA nos termos deste CCG deverão ser efetuados na CONTA DE TITULARIDADE DA COMPRADORA no prazo de até o 20º (vigésimo) DIA DO MÊS em que ocorreu a apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA.
- 8.5. Caso o DIA de qualquer pagamento recaia em um DIA que não seja um DIA ÚTIL, o referido pagamento deverá ser efetuado no primeiro DIA ÚTIL subsequente.
- 8.6. Serão incluídos nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA os TRIBUTOS e encargos devidos em decorrência direta do objeto de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, vigentes nas datas das TRANSAÇÕES a que se referem os respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.
- 8.7. Em caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra PARTE nos termos de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, o valor em atraso estará sujeito aos seguintes encargos moratórios calculados da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA até a data de seu efetivo pagamento:
- a) atualização monetária com base na variação acumulada positiva do IPCA *pro rata die*;
  - b) juros de 1% (um por cento) ao MÊS sobre o valor em atraso atualizado *pro rata die*; e
  - c) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso atualizado.
- 8.8. No caso de DISPUTA em relação a qualquer cobrança de uma PARTE a outra PARTE, a PARTE devedora deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA em questão, enviar AVISO sobre a DISPUTA à PARTE credora, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, além de outros elementos importantes para elucidar a DISPUTA, sem prejuízo da obrigação de efetuar o pagamento integral do DOCUMENTO DE COBRANÇA em questão na data de vencimento, incluindo o valor controverso, observado o disposto no item 8.8.1 abaixo.
- 8.8.1. Caso a PARTE reclamada concorde com a PARTE reclamante, deverá emitir novo DOCUMENTO DE COBRANÇA com os respectivos ajustes.
- 8.8.2. Caso a PARTE reclamada discorde da PARTE reclamante e as PARTES

não cheguem a um acordo no prazo de até 30 (trinta) DIAS contados a partir do AVISO da DISPUTA, a DISPUTA poderá ser submetida à ARBITRAGEM, nos termos do item 17.1.

8.8.3. Quaisquer valores pagos que sejam considerados incorretamente cobrados, seja por meio de acordo ou por decisão arbitral, deverão ser ressarcidos à PARTE reclamante ou compensados, nos termos do item 8.9, acrescidos de atualização monetária com base na variação acumulada positiva do IPCA *pro rata die* desde a data de seu pagamento até à data do seu ressarcimento/compensação.

8.9. Quaisquer valores devidos por uma PARTE à outra PARTE nos termos de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO poderão ser compensados pela PARTE credora contra valores devidos pela PARTE devedora nos termos da mesma ou outra CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

#### 8.10. GARANTIA DE PAGAMENTOS

8.10.1. Com a finalidade de assegurar o cumprimento de suas obrigações no âmbito de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO para a MODALIDADE FIRME, para a MODALIDADE FLEXÍVEL CALL e para a MODALIDADE FLEXÍVEL PUT, a COMPRADORA pode ser solicitada a apresentar em favor da VENDEDORA uma garantia na modalidade e valor estabelecidos no Anexo C devendo mantê-la válida durante o prazo estabelecido na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO ("GARANTIA DA COMPRADORA").

8.10.2. Com a finalidade de assegurar o cumprimento de suas obrigações no âmbito de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO para a MODALIDADE FLEXÍVEL SPOT, a VENDEDORA poderá condicionar a entrega de GÁS à COMPRADORA ao pagamento antecipado das respectivas QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), conforme disposições do Anexo C deste CCG, observadas as demais regras estabelecidas na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO ("DEPÓSITO GARANTIA").

8.10.3. A CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO poderá prever outras modalidades de garantia da COMPRADORA à VENDEDORA além da GARANTIA DA COMPRADORA e do DEPÓSITO GARANTIA.

## 9. TRIBUTOS

- 9.1. O PREÇO DO GÁS não inclui TRIBUTOS que sejam devidos diretamente em virtude de um FORNECIMENTO no âmbito de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, os quais deverão ser arcados pela COMPRADORA e discriminados no DOCUMENTO DE COBRANÇA.
- 9.2. As PARTES fornecerão uma à outra, conforme aplicável, todos os documentos que se fizerem necessários para evitar os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidária da outra PARTE, bem como de eventual responsabilidade decorrente de substituição tributária, previstas na LEI, sob pena de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor das perdas incorridas.
- 9.3. Se durante o prazo de vigência de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO ocorrer a criação de novos TRIBUTOS, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, a extinção de TRIBUTOS existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de TRIBUTOS ou ainda forem criadas vedações ao aproveitamento de créditos e/ou obrigatoriedade de estorno de créditos de TRIBUTOS apurados mediante a técnica da não cumulatividade, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, mediante notificação previa, a diferença decorrente das respectivas alterações.
- 9.4. Caso ocorram erros (i) de medição do volume; (ii) de alocação; (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, que venham acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES por AUTORIDADE GOVERNAMENTAL, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido no prazo de até 5 (cinco) DIAS ÚTEIS após a comprovação do equívoco, para pagamento em até 5 (cinco) após a emissão do referido DOCUMENTO DE COBRANÇA.
- 9.5. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) dias contados do envio do AVISO realizado pela outra PARTE, todos os documentos solicitados por AUTORIDADE GOVERNAMENTAL e exigidos pela LEI de regência, necessários para a recuperação de TRIBUTO recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

## 10. QUALIDADE E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

- 10.1. O GÁS objeto da TRANSAÇÃO deverá atender às especificações do Regulamento Técnico ANP Nº 002/2008, anexo à Resolução ANP Nº 16 de 17/06/2008 e em suas revisões, ou a que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente (“QUALIDADE DO GÁS”).
- 10.2. A VENDEDORA deverá ainda observar as CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS.

GÁS DESCONFORME. A CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO detalhará as regras e procedimentos aplicáveis em caso de GÁS DESCONFORME, incluindo PENALIDADE POR GÁS DESCONFORME, conforme o caso.

## 11. PROGRAMAÇÃO

- 11.1. A programação ou a nomeação do FORNECIMENTO, conforme o caso, será realizada de acordo com as regras contidas no item 9 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.
- 11.2. Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD)
- 11.2.1. Quando se registrar no(s) PONTO(S) DE ENTREGA, durante todo o DIA, PRESSÕES DE FORNECIMENTO maiores ou iguais à PRESSÃO MÍNIMA e não houver restrições no fornecimento de GÁS NOTIFICADAS por meio de AVISO pela VENDEDORA à COMPRADORA de acordo com as regras contidas no item 9 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será a maior entre:
- (i) a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP); ou
  - (ii) a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR);
- 11.2.2. Quando se registrar no PONTO DE ENTREGA, em qualquer momento do DIA, PRESSÕES DE FORNECIMENTO menores que a PRESSÃO MÍNIMA ou quando houver restrição no fornecimento de GÁS NOTIFICADA pela VENDEDORA à COMPRADORA por meio de AVISO, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será igual à soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR).
- 11.2.3. Caso a COMPRADORA opte por receber qualquer QUANTIDADES DE GÁS DESCONFORME, ou, ainda que tenha recusado ou não se manifestado sobre o GÁS DESCONFORME, efetivamente o retire nos termos do item 10.3 acima, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA



(QDD) será a maior entre:

- (i) a nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) informada pela COMPRADORA; ou
- (ii) a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR).

11.2.4. Para a apuração da QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) aplica-se o disposto no item 11.2.1 nas situações em que houver queda de pressão:

- (i) pelo fato da COMPRADORA ou terceiro por ela contratado ter sido parte determinante para tal ocorrência;
- (ii) para realização de CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO e dos equipamentos de segurança e controle, no PONTO DE ENTREGA, em que sejam atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: (1ª) a COMPRADORA tenha sido NOTIFICADA previamente sobre a realização da CALIBRAÇÃO; (2ª) a queda de pressão não exceda a 15 (quinze) minutos; e (3ª) não haja prejuízo efetivo e comprovado ao consumo do GÁS.

## **12. MANUTENÇÕES PROGRAMADAS**

- 12.1. As INSTALAÇÕES DA VENDEDORA serão consideradas para fins de MANUTENÇÕES PROGRAMADAS da VENDEDORA. Com relação às MANUTENÇÕES PROGRAMADAS da COMPRADORA, serão considerados todos os equipamentos vinculados ao recebimento do GÁS objeto de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, incluindo equipamentos do PONTO DE ENTREGA e da ESTAÇÃO DE ENTREGA, compressores, válvulas e outros que compreendam a instalação física de propriedade da COMPRADORA ou seus contratados.
- 12.2. As PARTES têm direito a efetuar as MANUTENÇÕES PROGRAMADAS de acordo com as regras contidas no item 10 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.
- 12.3. Observado o limite de MANUTENÇÕES PROGRAMADAS estabelecido na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, as QUANTIDADES DE GÁS que não possam ser entregues ou retiradas durante uma MANUTENÇÃO PROGRAMADA serão abatidas dos respectivos compromissos de entrega da VENDEDORA e dos respectivos compromissos de recebimento da COMPRADORA, conforme o caso, a depender da MODALIDADE DE FORNECIMENTO.



- 12.4. As PARTES envidarão esforços para conciliar suas respectivas MANUTENÇÕES PROGRAMADAS.

### 13. MEDIÇÃO

- 13.1. As PARTES concordam em usar unidades de medida do SISTEMA INTERNACIONAL DE UNIDADES – SI, exceto onde indicado de outra forma neste CCG ou em uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.
- 13.2. As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis ao SISTEMA DE MEDIÇÃO serão as estabelecidas no(s) CONTRATO(S) DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CCG ou em uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade da(s) TRANSPORTADORA(S), as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no(s) CONTRATO(S) DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE.
- 13.3. A QUANTIDADE MEDIDA (QM) e a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) serão expressas com ARREDONDAMENTO para uma casa decimal.
- 13.4. A unidade de medida de volume será o METRO CÚBICO nas CONDIÇÕES BASE.
- 13.5. Para fins de cálculo da QUANTIDADE MEDIDA (QM) no SISTEMA DE MEDIÇÃO, a pressão atmosférica será baseada nas coordenadas geográficas do SISTEMA DE MEDIÇÃO.
- 13.6. A medição do volume de GÁS fornecido à COMPRADORA será efetuada pelo SISTEMA DE MEDIÇÃO, respeitadas as normas e regulação vigentes.
- 13.7. Para a determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), a QUANTIDADE MEDIDA (QM) será multiplicada pela divisão do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio diário do GÁS no respectivo DIA no PONTO DE ENTREGA pelo PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR) de acordo com a seguinte fórmula:

$$QDR_{ij} = QM_{ij} \times \frac{PCS_m}{PCR}$$

Onde:

QDR <sub>ij</sub>	É o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR) no DIA i, no PONTO DE ENTREGA j, com ARREDONDAMENTO para uma casa decimal.
QM <sub>ij</sub>	Significa a QUANTIDADE MEDIDA, no DIA i, no PONTO DE ENTREGA j, com ARREDONDAMENTO para uma casa decimal.
PCS <sub>m</sub>	Significa o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio, ARREDONDADO até o primeiro algarismo inteiro, no DIA i, no PONTO DE ENTREGA j.
PCR	Significa o PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

- 13.8. A QUANTIDADE MEDIDA será calculada DIARIAMENTE aplicando-se os procedimentos estabelecidos no(s) CONTRATO(S) DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. A PARTE responsável pela contratação do SERVIÇO DE TRANSPORTE deverá garantir que a operação, manutenção, calibração e ajustes dos SISTEMA DE MEDIÇÃO ocorram conforme o(s) CONTRATO(S) DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE.
- 13.9. A VENDEDORA e a COMPRADORA se comprometem, conforme aplicável, a (i) exigir da(s) TRANSPORTADORA(S) todas as informações relativas à medição do GÁS no PONTO DE ENTREGA nos termos do(s) CONTRATO(S) DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE e (ii) enviar à outra PARTE todas as informações diárias de medições realizadas pela(s) TRANSPORTADORA(S) do GÁS objeto de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO tão logo as receba.
- 13.10. A calibração do SISTEMA DE MEDIÇÃO será providenciada pela TRANSPORTADORA no âmbito do(s) CONTRATO(S) DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. Nos mesmos termos do item 13.2 acima, as regras gerais, limites, condições e periodicidades relacionadas com os processos de calibração, apuração de quantidades e eventuais correções seguirão as disposições do(s) CONTRATO(S) DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE.
- 13.11. Nenhuma correção da QUANTIDADE MEDIDA (QM) será efetuada caso a calibração indique que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA (QM) com erro igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos.
- 13.12. Caso determinada calibração indique que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA (QM) com erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, será adotado o seguinte procedimento:
- a) A VENDEDORA determinará tecnicamente o respectivo fator de correção

da QUANTIDADE MEDIDA (QM), até o 20º (vigésimo) DIA após a realização do evento da calibração realizado pela TRANSPORTADORA, sendo facultado à COMPRADORA acompanhar os trabalhos.

- b) O fator de correção será obtido com base nas informações constantes dos relatórios de calibração, mediante simulação para cálculo da vazão a partir dos valores médios das variáveis de processo.
- c) Caso a COMPRADORA não esteja de acordo com os referidos cálculos, deverá enviar AVISO em até 5 (cinco) DIAS para comunicar a discordância à VENDEDORA, fundamentando os motivos de seu desacordo.

13.13. Comprovadamente definido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO apresentou erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, será aplicado o fator de correção a que se refere o item 13.12.

13.14. Não sendo conhecido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO apresentou erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, o disposto no item 13.13 será aplicado sobre cada QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) (i) nos 60 (sessenta) DIAS anteriores à calibração que detectou o erro; ou (ii) na última metade do período de tempo entre a detecção do erro e a calibração anterior do SISTEMA DE MEDIÇÃO; prevalecendo o menor período de tempo.

## **14. PENALIDADES**

14.1. Penalidades da VENDEDORA. A VENDEDORA compromete-se a vender e entregar para a COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, no âmbito do FORNECIMENTO de uma TRANSAÇÃO, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) excetuadas as situações de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR e/ou de MANUTENÇÕES PROGRAMADAS ou MANUTENÇÕES EMERGENCIAIS, observado o LIMITE DE MANUTENÇÕES previsto na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

14.1.1. Penalidade por FALHA DE FORNECIMENTO. Caracterizada a FALHA DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade calculada conforme metodologia prevista na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO (“PENALIDADE POR FALHA DE FORNECIMENTO”).

14.1.2. Penalidade por entrega de GÁS DESCONFORME. Em caso de CONTRATAÇÃO UNILATERAL DE TRANSPORTE, a CONFIRMAÇÃO DE

FORNECIMENTO estabelecerá as hipóteses, metodologia e aplicabilidade da penalidade que a VENDEDORA pagará à COMPRADORA em casos de entrega de GÁS DESCONFORME no âmbito de uma TRANSAÇÃO (“PENALIDADE POR GÁS DESCONFORME”).

- 14.1.3. A PENALIDADE POR FALHA DE FORNECIMENTO e a PENALIDADE POR GÁS DESCONFORME são as únicas indenizações devidas à COMPRADORA para os casos de FALHA DE FORNECIMENTO ou GÁS DESCONFORME no âmbito de uma TRANSAÇÃO, não sendo devida qualquer outra indenização a este título pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e danos ou lucros cessantes incorridos pela COMPRADORA sejam superiores ao valor da PENALIDADE POR FALHA NO FORNECIMENTO e/ou da PENALIDADE POR GÁS DESCONFORME.
- 14.1.4. Em nenhuma hipótese a PENALIDADE POR FALHA DE FORNECIMENTO incidirá sobre a QUANTIDADE DE GÁS DESCONFORME efetivamente retirada pela COMPRADORA.
- 14.2. Penalidades da COMPRADORA. Conforme estabelecido em cada CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, a COMPRADORA poderá ficar sujeita às seguintes penalidades:
- 14.2.1. Penalidade por retirada menor. Nos casos de CONTRATAÇÃO UNILATERAL DE TRANSPORTE, caso, em determinado DIA no PONTO DE ENTREGA, a COMPRADORA retire QUANTIDADE DE GÁS inferior a 95% (noventa e cinco por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), a COMPRADORA ficará sujeita a uma penalidade calculada conforme metodologia prevista na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO (“PENALIDADE POR RETIRADA MENOR”).
- 14.2.2. Penalidade por retirada maior. Nos casos de CONTRATAÇÃO UNILATERAL DE TRANSPORTE, caso, em determinado DIA no PONTO DE ENTREGA a COMPRADORA retire QUANTIDADE DE GÁS superior a 105% (cento e cinco por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), a COMPRADORA ficará sujeita a uma penalidade calculada conforme metodologia prevista na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO (“PENALIDADE POR RETIRADA MAIOR”).
- 14.2.3. Penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO DE TRANSPORTE. Nos casos de CONTRATAÇÃO BILATERAL DE TRANSPORTE, caso, em

determinado DIA, a COMPRADORA incorra em FALHA DE PROGRAMAÇÃO DE TRANSPORTE referente ao ponto de saída, impossibilitando a injeção, pela VENDEDORA, de parte ou totalidade da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o mesmo DIA no PONTO DE ENTREGA, a COMPRADORA ficará sujeita a uma penalidade calculada conforme metodologia prevista na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO ("PENALIDADE POR FALHA DE PROGRAMAÇÃO DE TRANSPORTE").

14.2.4. A PENALIDADE POR RETIRADA MENOR, a PENALIDADE POR RETIRADA MAIOR e a PENALIDADE POR FALHA DE PROGRAMAÇÃO DE TRANSPORTE são as únicas penalidades aplicáveis à COMPRADORA para os casos descritos nos itens 14.2.1, 14.2.2 e 14.2.3 no âmbito de uma TRANSAÇÃO, não sendo devida qualquer outra indenização para fins de retirada menor, retirada maior e FALHA DE PROGRAMAÇÃO DE TRANSPORTE pela COMPRADORA, mesmo que as perdas e danos ou lucros cessantes incorridos pela VENDEDORA sejam superiores ao valor da PENALIDADE POR RETIRADA MENOR, e/ou da PENALIDADE POR RETIRADA e/ou da PENALIDADE POR FALHA DE PROGRAMAÇÃO DE TRANSPORTE. Não obstante, em caso de CONTRATAÇÃO BILATERAL DE TRANSPORTE, a COMPRADORA se responsabilizará perante a TRANSPORTADORA por todas as penalidades eventualmente aplicáveis no âmbito do CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE de saída causadas pela COMPRADORA enquanto carregadora de saída.

14.3. A CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO poderá estabelecer outras hipóteses de penalidades da VENDEDORA e/ou da COMPRADORA, conforme o caso.

## **15. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR**

### **15.1. Abrangência**

15.1.1 Caracteriza-se como CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, com estrita observância da disposição contida no artigo 393 e seu parágrafo único do CÓDIGO CIVIL, qualquer evento ou circunstância que reúna os seguintes pressupostos:

- (a) tenha ocorrido e permanecido fora do controle da PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S);
- (b) a PARTE AFETADA não tenha concorrido, direta ou indiretamente, para o evento ou circunstância, quer em

virtude de um inadimplemento de qualquer das suas obrigações nos termos deste CCG, de um descumprimento da lei, ou de atuação com culpa, dolo, erro ou omissão da PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S);

- (c) a atuação da PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S), apesar de diligente e tempestiva, tenha sido insuficiente para impedir ou atenuar os efeitos da ocorrência do evento ou circunstância; e
- (d) tenha afetado ou impedido o cumprimento, pela PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S), de suas obrigações previstas neste CCG.

15.1.2 Sem limitar a generalidade do conceito contido no artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil, observados os pressupostos descritos no item 15.1.1 acima, CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR poderá abranger os seguintes eventos, listados a título meramente exemplificativo:

- (a) ato de atentado público ou terrorista, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, revolta, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio ou situações outras que não se enquadrem nas excludentes citadas no item 15.2.1;
- (b) ato de sabotagem, de terrorismo ou de vandalismo a instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S); cataclismos, raios, terremotos, maremotos, tornados, incêndios, tempestades que venham a resultar na evacuação de áreas atingidas, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis;
- (c) desapropriação, confisco, aquisição compulsória de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S) por qualquer órgão do governo.

## 15.2. Eventos Excluídos

15.2.1. Não serão considerados como CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR:

- (a) greves que afetem apenas PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S), conforme o caso, ou que não sejam nacionais, regionais ou setoriais (independentemente de serem declaradas legais ou ilegais);
- (b) condições climáticas normais ou adversas previsíveis, de acordo com estudos climatológicos das AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS competentes, e condições geológicas predominantes no local do PONTO DE ENTREGA ou em qualquer local em que as PARTES executem qualquer obrigação sob este CCG;
- (c) mudanças nas condições de mercado que afetem disponibilidade, demanda, preço ou custo de mão de obra, insumos, materiais e equipamentos necessários ao cumprimento das obrigações previstas neste CCG;
- (d) mudanças nas condições de mercado de comercialização do GÁS, incluindo variações no preço do GÁS, decorrentes ou não de variações econômicas, financeiras ou comerciais no mercado nacional ou internacional;
- (e) quaisquer atos de AUTORIDADE GOVERNAMENTAL que poderiam ter sido evitados pela PARTE AFETADA;
- (f) MUDANÇA DE LEI;
- (g) alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA e/ou sua(s) AFILIADA(S), incluindo relacionadas ao objeto de suas atividades, incapacidade financeira, falta de fundos, mudança de condições de mercado para compra de GÁS ou a incapacidade de tomar fundos emprestados;
- (h) qualquer prejuízo acidental, quebra ou falha de instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, ou qualquer evento ligado ao seu negócio, exceto se tal prejuízo acidental, quebra ou



falha de instalações, maquinário ou equipamento ocorrer em virtude de um evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR;

- (i) atraso no desempenho das obrigações assumidas por contratados ou subcontratados de uma PARTE que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas por tal PARTE.

15.2.2. A isenção de responsabilidade prevista nesta Cláusula somente se aplicará às obrigações da PARTE AFETADA cujo cumprimento tenha sido comprovada e diretamente afetado pelo evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR. A ocorrência de um evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR não eximirá a PARTE AFETADA do cumprimento de obrigações que tenham se tornado devidas e exigíveis antes da sua ocorrência, especialmente as obrigações de pagamento devidas no âmbito de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

### 15.3. Procedimentos em Ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.3.1. Verificada a ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR as PARTES deverão adotar os seguintes procedimentos:

- (a) caso uma PARTE deseje pleitear a exoneração do cumprimento de suas obrigações em função de qualquer hipótese ou circunstância de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, deverá notificar por escrito a outra PARTE acerca do evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR imediatamente, e em qualquer hipótese dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após ter tomado conhecimento, devendo demonstrar detalhadamente a ocorrência da CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, a estimativa do período de tempo que CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR durará e as providências da PARTE AFETADA para mitigar ou remediar a situação de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR e suas consequências com relação à qual a PARTE AFETADA esteja pleiteando declaração. A não observância do procedimento aqui previsto implicará a suspensão das obrigações afetadas pelo CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR apenas quando for recebido pela outra PARTE o AVISO emitido pela PARTE AFETADA.



- (b) a PARTE AFETADA deverá enviar um segundo AVISO em até 10 (dez) dias após o primeiro, para fins de atualização das informações.

15.3.2. A PARTE AFETADA, em virtude de qualquer hipótese ou circunstância de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR com relação à qual tenha pleiteado exoneração nos termos do item 15.3.1 acima:

- (a) envidará seus melhores esforços para mitigar os efeitos de tal CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR e para sanar qualquer incapacidade de cumprimento de suas obrigações aqui previstas em razão de tais hipóteses assim que razoavelmente viável;
- (b) quando solicitado, fornecerá, no prazo máximo de 2 (dois) DIAS ÚTEIS contados da solicitação, relatórios à outra PARTE acerca do andamento das gestões para que sejam superados os efeitos prejudiciais da hipótese de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR em questão;
- (c) propiciará à outra PARTE meios razoáveis para a obtenção de informações adicionais sobre a hipótese ou circunstância de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR; e
- (d) retomará o cumprimento de suas obrigações previstas neste CCG imediatamente após as hipóteses de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR serem sanadas, deixarem de existir ou serem havidas por encerradas nos termos do parágrafo que se segue.

15.3.3. A PARTE AFETADA ficará exonerada de qualquer responsabilidade por atrasos no cumprimento ou descumprimento de suas obrigações previstas neste CCG, desde que tal descumprimento seja atribuível diretamente à hipótese de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR. O CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR não exonerará uma PARTE de suas obrigações na medida de sua culpa concorrente ou de sua omissão em envidar a devida diligência para sanar a situação e remover a causa de maneira adequada e com toda presteza.

## 16. INADIMPLEMENTO E RESCISÃO

### 16.1. Hipóteses de Rescisão

16.1.1. Este CCG poderá ser rescindido, sem responsabilidade de nenhuma das PARTES por qualquer PARTE mediante envio de AVISO com 30 (trinta) DIAS de antecedência à outra PARTE, sem prejuízo do disposto no item 4.4.

16.1.2. Celebrada uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, esta poderá ser rescindida:

16.1.2.1. Sem responsabilidade de nenhuma das PARTES:

- (a) por mútuo acordo entre as PARTES; ou
- (b) em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, por um período continuado maior que 180 (cento e oitenta) DIAS ininterruptos ou 360 (trezentos e sessenta) DIAS alternados, mediante envio de AVISO da PARTE AFETADA à outra PARTE, podendo as PARTES acordarem em períodos distintos no âmbito de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO em razão das especificidades de duração de uma MODALIDADE DE FORNECIMENTO;

16.1.2.2. pela PARTE adimplente, com responsabilidade da PARTE inadimplente, mediante envio de AVISO:

- (a) se uma PARTE deixar de pagar à outra PARTE qualquer valor devido nos termos deste CCG ou de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO por prazo superior a 60 (sessenta) DIAS, contados imediatamente após a data de vencimento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que não seja objeto de DISPUTA, sem que tenha remediado o inadimplemento no prazo de 5 (cinco) DIAS contados do recebimento do referido AVISO;
- (b) se uma PARTE perder quaisquer de suas autorizações ou licenças necessárias ao cumprimento do objeto deste CCG ou de uma

CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO e que efetivamente impeça o cumprimento do objeto deste CCG ou de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO e não sanar referido inadimplemento no prazo de até 60 (sessenta) DIAS do recebimento de AVISO da outra PARTE;

- (c) se uma PARTE ceder, parcial ou total, os direitos e obrigações decorrentes deste CCG e/ou de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, em desacordo com este CCG;
- (d) se qualquer procedimento for instaurado em face de uma PARTE visando a declarar a sua falência ou insolvência, e o procedimento em questão não for extinto ou elidido em virtude de depósito, em qualquer caso, no prazo legal para a realização do depósito elisivo da falência; ou se for declarada a falência, insolvência, recuperação judicial ou liquidação de uma PARTE, ou qualquer evento análogo à declaração de falência, insolvência, recuperação judicial ou liquidação, de acordo com a LEI; ou se uma PARTE ajuizar pedido visando beneficiar-se de qualquer outra LEI disciplinadora de falência, insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial de acordo com a LEI; dissolução de uma PARTE ou encerramento de suas atividades; ou
- (e) se uma PARTE violar qualquer obrigação prevista na Cláusula Vigésima (Conduta das Partes).

16.1.2.3. unilateralmente por qualquer PARTE, sem prejuízo do disposto no item 16.1.3 abaixo e no item 14 da respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

16.1.3. Nos casos de rescisão de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO pela PARTE adimplente nos termos do item 16.1.2.2 ou pela Parte solicitante nos termos do item 16.1.2.3, a PARTE inadimplente ou a PARTE solicitante, conforme o caso, estará sujeita ao pagamento das multas rescisórias de natureza compensatória estabelecidas no item 14 da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

- 16.1.4. A responsabilidade pela indenização de cada uma das PARTES no âmbito de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO estará, em qualquer hipótese, limitada aos montantes de multa e indenização nela estabelecidos, sendo que nenhuma das PARTES assumirá qualquer obrigação de indenizar a outra por quaisquer danos indiretos, inclusive lucros cessantes, danos morais, ou de qualquer outra natureza indireta.
- 16.1.5. Todos e quaisquer valores devidos de uma PARTE à outra PARTE até a data de rescisão de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, bem como a multa rescisória, deverão ser integralmente pagos no prazo de até 10 (dez) DIAS após a data da rescisão de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

## **17. SOLUÇÃO DE DISPUTAS**

17.1. Diante de quaisquer DISPUTAS oriundas deste CCG ou com ele relacionadas, as PARTES, antes de qualquer outra medida, buscarão uma solução de consenso amigavelmente. Caso uma das PARTES considere que inexistem condições para a solução amigável da DISPUTA, salvo aquelas que devam ser submetidas a PERITAGEM por vontade das PARTES, a DISPUTA será resolvida por ARBITRAGEM definitiva e vinculante, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada, e com as disposições desta Cláusula.

17.1.1. A ARBITRAGEM se dará em caráter confidencial e será administrada pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional – CCI, de acordo com seu regulamento (“CÂMARA ARBITRAL”).

17.1.2. O TRIBUNAL ARBITRAL será constituído por 3 (três) ÁRBITROS, sendo um ÁRBITRO indicado pela COMPRADORA, um ÁRBITRO indicado pela VENDEDORA e cabendo aos ÁRBITROS escolhidos pelas PARTES indicar o terceiro árbitro, que será o presidente do TRIBUNAL ARBITRAL. Os árbitros poderão ser integrantes ou não do corpo de ÁRBITROS da CÂMARA ARBITRAL. Se os dois árbitros escolhidos pelas PARTES não chegarem um acordo sobre a escolha do terceiro árbitro no prazo de 15 (quinze) dias após sua nomeação, então, o terceiro árbitro será nomeado em conformidade com o regulamento da CÂMARA ARBITRAL.

17.1.3. O TRIBUNAL ARBITRAL terá sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, local onde a sentença arbitral

será proferida.

- 17.1.4. O idioma a ser utilizado no processo de ARBITRAGEM será a língua portuguesa. A LEI aplicável será a da República Federativa do Brasil e o TRIBUNAL ARBITRAL não poderá recorrer à equidade para solucionar quaisquer DISPUTAS.
- 17.1.5. Sem prejuízo à validade desta Cláusula, as PARTES elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e expressamente renunciam a qualquer outro, quando e se necessário com o objetivo exclusivo de:
- (a) executar as garantias e as obrigações para as quais a execução judicial esteja imediatamente disponível;
  - (b) obter tutelas de urgência (cautelares ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito) e das medidas judiciais previstas ou compatíveis com o regulamento da CÂMARA ARBITRAL ou com a Lei n.º 9.307/96, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada e/ou para assegurar a existência e eficácia do processo arbitral;
  - (c) ajuizar de ação anulatória nos termos do art. 33 da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada;
  - (d) executar a sentença arbitral; e/ou
  - (e) resolver DISPUTAS que não possam ser resolvidas via ARBITRAGEM nos termos do art. 1º da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada.
- 17.1.6. O curso de qualquer ação judicial em conformidade com esta Cláusula não resultará em qualquer renúncia à ARBITRAGEM ou da jurisdição do TRIBUNAL ARBITRAL.
- 17.2. Sem prejuízo da ARBITRAGEM, as PARTES reconhecem que determinadas DISPUTAS resultantes deste CCG poderão ser resolvidas por PERITAGEM, em especial as matérias relacionadas a assuntos eminentemente técnicos. Havendo divergência quanto ao cabimento da PERITAGEM, esta não será aplicável. Da mesma forma, havendo dissenso quanto aos efeitos, alcance ou exequibilidade da PERITAGEM, ou da decisão proferida pelo PERITO, a DISPUTA deverá ser submetida a ARBITRAGEM, hipótese em que o TRIBUNAL

ARBITRAL deverá, na resolução da DISPUTA, levar em consideração as conclusões do PERITO quanto às questões técnicas a ele submetidas. Para que uma DISPUTA seja submetida a um PERITO, serão aplicados os procedimentos abaixo.

17.2.1. Os procedimentos para nomeação do PERITO serão os seguintes:

- (a) a PARTE que desejar submeter a DISPUTA a um PERITO deverá comunicar tal intenção à outra PARTE por meio de AVISO, relatando, de forma pormenorizada, os motivos da DISPUTA;
- (b) de comum acordo, as PARTES deverão designar o PERITO responsável pelo exame da DISPUTA no prazo de 15 (quinze) DIAS da entrega do AVISO a que se refere o subitem precedente;
- (c) se dentro do prazo definido no subitem precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, então a questão poderá ser submetida à ARBITRAGEM, por iniciativa de qualquer das PARTES;
- (d) os termos do instrumento de nomeação do PERITO serão acordados entre este e as PARTES, que deverão cooperar no sentido de sua elaboração no prazo mais breve possível;
- (e) havendo contraindicação ou impedimento, recusa ou ausência de resposta no prazo de até 10 (dez) DIAS da entrega do AVISO mencionado no item acima, o procedimento de nomeação de um outro PERITO, se esta for a vontade das PARTES:
  - (e.1) reiniciar-se-á segundo a etapa que tenha determinado o último nome escolhido;
  - (e.2) repetir-se-á, de igual modo, até que se escolha um PERITO que aceite e possa atuar nessa função, ou até que as PARTES desistam de continuar o processo de nomeação, ou até que as PARTES desistam de submeter a DISPUTA a um PERITO. Em quaisquer desses casos, será respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) DIAS

contados a partir do reinício da nomeação do PERITO, findo o qual, não ocorrendo nenhuma das hipóteses referidas, a DISPUTA será levada à ARBITRAGEM.

17.2.2. A pessoa a ser nomeada como PERITO deverá atender aos seguintes requisitos:

- (a) deverá ser qualificada por formação técnica, experiência e treinamento para opinar sobre a DISPUTA e deverá ser fluente na língua portuguesa;
- (b) não poderá ter conflito de interesses, antes ou depois de aceitar sua nomeação. Havendo conflito, o nomeado, se desejar atuar na solução da DISPUTA, deverá desvincular-se dos interesses ou compromissos (anteriores ou posteriores), após o que as PARTES decidirão se confirmam ou não a nomeação feita; e
- (c) não poderá, no momento de sua nomeação ou durante sua atuação como PERITO de tal DISPUTA, ocupar cargo de diretor, chefe de escritório, empregado, prestador de serviço, ainda que por pessoa interposta ou consultor de uma das PARTES ou de alguma AFILIADA das mesmas; nem poderá ter ocupado ou vir a ocupar qualquer desses cargos nos 24 (vinte e quatro) MESES anteriores ou posteriores à sua nomeação como PERITO.

17.2.3. Todas as informações, dados ou documentos enviados ao PERITO por qualquer PARTE devem ser considerados como confidenciais, não podendo ser revelados pelo PERITO a pessoa alguma, à exceção de seus empregados ou consultores profissionais, ficando a revelação, de qualquer forma, condicionada ao seguinte:

- (a) Os empregados ou consultores profissionais do PERITO deverão, antes do recebimento das informações, dados ou documentos a que se refere o item 17.2.3, assumir por escrito obrigações específicas com o PERITO no sentido de mantê-los sob estrita confidencialidade.

17.2.4. As obrigações do PERITO deverão estar dispostas no instrumento de sua nomeação, dentre as quais, necessariamente, as seguintes:

- (a) julgar com imparcialidade a DISPUTA, baseando-se somente nos fatos e dados apresentados pelas PARTES;
  - (b) decidir a DISPUTA no prazo determinado que não poderá exceder 120 (cento e vinte) DIAS após a confirmação de sua nomeação, descontados os DIAS de demora no recebimento de informações solicitadas ou de respostas a consultas ou notificações enviadas a qualquer PARTE;
  - (c) apresentar, por escrito, às PARTES, antes de findo o prazo definido conforme o subitem precedente, versão assinada do documento em que manifeste, fundamentadamente, sua decisão sobre a DISPUTA;
  - (d) manter e diligenciar pela confidencialidade a que se refere o item 17.2.3; notificar a outra PARTE, com antecedência de 10 (dez) DIAS, de qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro;
  - (e) devolver, à PARTE que os tiver remetido, todos os documentos (e respectivas cópias) encaminhados para a execução de seu trabalho, tão logo o tenha concluído.
- 17.2.5. O PERITO deverá ignorar todas as informações a ele remetidas após o prazo de 30 (trinta) DIAS de sua nomeação, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico, cujo prazo de entrega será de no máximo 10 (dez) DIAS da solicitação do PERITO.
- 17.2.6. O PERITO terá, dentre outros estabelecidos no instrumento de sua nomeação, o direito de solicitar às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da DISPUTA.
- 17.2.7. Cada PARTE terá, em relação ao PERITO e à outra PARTE, o seguinte elenco de obrigações, com vista à submissão da DISPUTA a PERITAGEM:
- a) enviar ao PERITO, no prazo máximo de 30 (trinta) DIAS de sua nomeação, os documentos com as informações necessárias à solução da DISPUTA;
  - b) dispor para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS



da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o PERITO julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;

- c) enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
- d) arcar com os respectivos custos para envio das informações ao PERITO e à outra PARTE, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo;
- e) arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de PERITAGEM, dentre os quais incluem-se os honorários do PERITO.

17.2.8. Dentre os direitos que cada PARTE terá, enumeram-se:

- a) o de participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE, desde que comunique por escrito ao PERITO, no prazo de 3 (três) DIAS ÚTEIS do recebimento do AVISO a que se refere o item 17.2.4 (d), sua intenção de participar da mesma;
- b) o de comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao PERITO, desde que o faça por escrito e no prazo de 15 (quinze) DIAS do recebimento de tais informações.

17.2.9. Se dentro do prazo determinado – que não poderá exceder 120 (cento e vinte) DIAS da nomeação, salvo por consentimento expresso das PARTES – o PERITO não tiver apresentado sua decisão, então, a pedido de qualquer PARTE, outro PERITO deverá ser eleito. Entretanto, o novo PERITO somente atuará na solução da DISPUTA se até a data de sua investidura não tiver sido ainda oferecida a decisão do antigo PERITO. Sendo oferecida a decisão, esta será acatada pelas PARTE e cessarão os efeitos da nomeação do novo PERITO.

- a) Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos

em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a PERITAGEM.

- b) Aplica-se, subsidiariamente a este item, naquilo que não se lhe conflitar, a Lei nº 9.307, de 22 de setembro de 1996.

## **18. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

18.1. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração deste CCG e suas eventuais prorrogações e adicionalmente por 10 (dez) anos após o término dos mesmos, a manter sob sigilo todas as informações referentes a qualquer aspecto deste CCG (incluindo toda e qualquer informação referente a CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO), que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão destes.

18.1.1. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do CCG divulgadas por si, sucessores e representantes.

18.1.2. São consideradas sigilosas e confidenciais todas as informações fornecidas, independentemente de expressa menção quanto ao sigilo e confidencialidade das mesmas.

18.2. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos que a PARTE infratora venha a causar à outra PARTE.

18.3. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

(a) a informação já era comprovadamente conhecida e de domínio público anteriormente à sua divulgação por forma legal e legítima ou venha a se tornar pública posteriormente às tratativas de contratação, sem que a revelação seja feita indevidamente pela PARTE receptora da informação confidencial, sejam elas diretas ou através de procedimento legal;

(b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE titular da informação, mediante autorização da sua maior autoridade do órgão responsável pelo CCG, quanto à liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade relativamente àquela informação;

- (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima;
- (d) a determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público a que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE;
- (e) a informação foi desenvolvida pela PARTE ou por uma de suas AFILIADAS independentemente da informação contida e liberada para tal PARTE nos termos do CCG;
- (f) divulgação para qualquer órgão governamental, regulador ou órgão de controle competente, devendo a PARTE que realizar a divulgação informar sobre a divulgação e sua finalidade quando e se demandada pelas outras PARTES.

## **19. CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

- 19.1. Observado o disposto no item 19.2, este CCG e/ou uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, assim como os direitos e obrigações deles decorrentes, não poderão ser cedidos por uma PARTE, total ou parcialmente, sem o consentimento por escrito da outra PARTE, o qual não poderá ser imotivadamente negado.
- 19.2. As PARTES poderão ceder este CCG e/ou uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, incluindo os direitos e obrigações deles decorrentes, total ou parcialmente, a uma AFILIADA ou em garantia aos FINANCIADORES, mediante envio de AVISO à outra PARTE, independentemente do consentimento da outra PARTE.
- 19.3. A cessão, por qualquer das PARTES, da totalidade ou parte de suas obrigações ou direitos decorrentes deste CCG e/ou de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO em desacordo com as disposições desta Cláusula será considerada nula e sem efeito, sem prejuízo dos demais direitos da PARTE prejudicada previstos neste CCG e/ou na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

## **20. CONDUTA DAS PARTES**

- 20.1. Em relação a este CCG ou a uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS, bem como seus respectivos conselheiros, diretores e funcionários conduzirão todas as

suas atividades de maneira diligente, segura e eficiente, em consonância com a LEI, adotando as melhores práticas da indústria nacional do GÁS e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde ocupacional do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais de acordo com os requisitos mínimos de Segurança, Saúde e Meio Ambiente (Requisitos Mínimos de SMS), sendo que cada uma das PARTES cumprirá com o seu próprio código de conduta e com a LEI;
- b) preservação do meio ambiente e respeito às populações, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais;
- c) proteção e segurança do usuário final quando da utilização do GÁS.

20.2. Em relação a este CCG ou a uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS, bem como seus respectivos conselheiros, diretores e funcionários:

20.2.1. Realizarão auditoria apropriada e proporcional aos critérios relevantes antes de designar ou contratar qualquer contratado independente, incluindo a capacidade deste contratado de executar o trabalho proposto de forma correta, no prazo, dentro custo orçado, e em conformidade com os requisitos da LEI e deste CCG ou de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO que forem aplicáveis.

20.2.2. Não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como não realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL, agente ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação às LEIS ANTICORRUPÇÃO; e não solicitaram, aceitaram ou receberam, bem como não solicitarão, aceitarão ou receberão, a entrega de

qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, quando tal solicitação, aceitação ou recebimento constituir violação às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

- 20.2.3. Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CCG ou a uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, cada PARTE declara e garante que ela e suas AFILIADAS não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou ocultarão ou dissimularam ou dissimularão a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e cumprem e cumprirão as demais normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998 e demais legislações aplicáveis à PARTE.
- 20.2.4. Não pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do grupo da outra PARTE, bem como que não ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do grupo da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CCG ou a uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.
- 20.2.5. Não utilizou ou utilizará *broker*, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução deste CCG ou de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO ou em qualquer assunto relacionado a este CCG ou a uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, quando a utilização de tal *broker*, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nesta Cláusula ou quando as ações de tal *broker*, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta Cláusula.
- 20.2.6. Que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.
- 20.3. Cada PARTE deverá responder, em até 10 (dez) dias, com razoável detalhamento e com suporte documental adequado, a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas no item 20.2, sendo que as PARTES não serão

obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida por 5 (cinco) ANOS após o término do CCG ou de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO.

- 20.4. Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas no item 20.2; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CCG ou de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO; e (v) cumprir a LEI aplicável.

## 21. NOTIFICAÇÕES

- 21.1. Para todos os efeitos legais derivados do CCG, as PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, únicos locais onde serão válidos todos os AVISOS a se efetuarem com relação ao CCG:

Se para CEGÁS:

Endereço: Av. Washington Soares, 6475, José de Alencar, Fortaleza – CE  
CEP: 60830-005

A/C: Thaís de Melo Cunha

E-mail: [thais.cunha@cegas.com.br](mailto:thais.cunha@cegas.com.br) e [nominacao.suprimento@cegas.com.br](mailto:nominacao.suprimento@cegas.com.br)

Se para ENEVA:

Endereço: Praia de Botafogo, 501, Bloco I, 2º e 4º andares, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22250-040

A/C: Brian Van Kregten e Valéria Cristina Nóbrega Santana

E-mail: [brian.kregten@eneva.com.br](mailto:brian.kregten@eneva.com.br), [valeria.santana@eneva.com.br](mailto:valeria.santana@eneva.com.br) e [eneva.gasnatural@eneva.com.br](mailto:eneva.gasnatural@eneva.com.br)

- 21.2. As PARTES acordam que todos os AVISOS no âmbito deste CCG ou a uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO serão enviados prioritariamente por via eletrônica (e-mail), hipótese em que o AVISO será considerado recebido mediante confirmação automática de recebimento emitida pelo respectivo sistema eletrônico (confirmação de recebimento de e-mail).
- 21.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar os seus dados bancários, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, bem como o seu domicílio e/ou representantes responsáveis pelas comunicações mediante

AVISO transmitido à outra PARTE.

## **22. DECLARAÇÃO E GARANTIAS**

22.1. As PARTES garantem reciprocamente que, na data de celebração deste CCG e de qualquer CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO:

- a) as pessoas naturais que assinam este CCG na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo para obrigar a PARTE em questão, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida;
- b) a PARTE foi devidamente constituída, possui existência válida e está em situação regular nos termos da LEI, dispondo de plenos poderes e autoridade para celebrar este CCG e para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações dele decorrentes;
- c) a celebração deste CCG, todos os seus termos e a consumação das transações aqui previstas foram devidamente autorizadas por seus órgãos administrativos, não sendo necessário nenhum outro procedimento por qualquer PARTE para celebração deste CCG, que constitui obrigação legal, válida, vinculante e exequível nos termos aqui previstos;
- d) cada PARTE contratou e manterá em vigor, durante toda a vigência do CCG, às suas expensas, as coberturas de seguros em relação a seus respectivos ativos, instalações e pessoal e todas e quaisquer atividades relacionadas ao escopo deste CCG;
- e) este CCG está em base equilibrada para as PARTES e apresenta condições comerciais, técnicas e operacionais de interesse das mesmas e de acordo com a LEI aplicável;
- f) a celebração deste CCG e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições deste CCG.



## **23. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 23.1. Os termos e condições deste CCG obrigarão irrevogável e irretratavelmente as PARTES e seus respectivos sucessores a qualquer título.
- 23.2. Toda e qualquer tolerância quanto ao cumprimento pelas PARTES dos prazos e condições estabelecidas no CCG não significará alteração ou novação das disposições ora pactuadas ou renúncia a qualquer direito, já existente ou a ser constituído, decorrente deste CCG.
- 23.3. Este CCG e seus Anexos não poderão ser alterados senão por termo aditivo assinado por ambas as PARTES.
- 23.4. Se qualquer disposição deste CCG ou de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com a LEI em vigor durante a vigência deste CCG, tal disposição será considerada completamente independente do CCG ou da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO. Este CCG e/ou a CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO serão interpretados e executados como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável nunca os tivessem integrado e as disposições remanescentes deste CCG e/ou da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO permanecerão em pleno vigor e eficazes e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.
- 23.4.1. Na hipótese do item 23.4, caso as PARTES entendam necessário, poderão negociar de boa-fé a inclusão de nova disposição por meio de aditivo ao CCG e/ou à CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO para substituir adequadamente a disposição ilegal, inválida ou inexecutável, tão semelhante quanto possível em seus termos de forma a refletir a real intenção das PARTES. Se as PARTES não chegarem a um consenso quanto à necessidade de substituir a referida disposição ilegal, inválida ou inexecutável; ou, se no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do início da negociação da nova disposição as PARTES não chegarem a um consenso, a questão poderá ser submetida à ARBITRAGEM.
- 23.5. Este CCG e qualquer CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO constituem título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, incisos II, III e IV, do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Sem prejuízo de outros recursos detidos pelas PARTES, as disposições e obrigações assumidas neste CCG e/ou em qualquer CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO comportam execução específica, nos termos dos artigos 536 a 538 e 806 a 823 do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, sendo

possível que eventuais perdas e danos não sejam satisfação adequada do direito das PARTES.

- 23.6. A rescisão ou término da vigência deste CCG e/ou de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO não eximirá quaisquer das PARTES de suas obrigações estabelecidas neste CCG e/ou na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO que expressa ou implicitamente deverão sobreviver à rescisão ou ao término da vigência deste CCG e/ou da CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO, inclusive, mas não se limitando às obrigações de confidencialidade, indenização e resolução de disputas.

*[restante da página intencionalmente deixado em branco]*

*Página de assinaturas do Contrato de Condições Gerais de Compra e Venda de Gás Natural celebrado entre Eneva S.A. e Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS em 22 de abril de 2024*

As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral deste CCG, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento e assinam eletronicamente o presente documento pelo sistema DocuSign, para que surta seus efeitos jurídicos, na forma do artigo 10, § 2º da Medida Provisória 2.200/2001-2, na Lei nº 12.682/2012, no artigo 411, inciso II, da Lei nº 13.105/2015 e na Lei nº 13.874/2019, o mesmo se aplicando para as assinaturas de 2 (duas) testemunhas.

**ENEVA S.A.**

DocuSigned by:  
*Marcelo Cruz Lopes*  
[Redacted]  
**Marcelo Cruz Lopes**

[Redacted]  
**Diretor Executivo**

DocuSigned by:  
*Marcelo Campos Habibe*  
[Redacted]  
**Marcelo Campos Habibe**

[Redacted]  
**CFO**

**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**

DocuSigned by:  
*Gustav Souza Costa*  
[Redacted]  
**Gustav Souza Costa**

[Redacted]  
**Diretor Técnico e Comercial**

DocuSigned by:  
*Miguel Antonio Cedraz Nery*  
[Redacted]  
**Miguel Antonio Cedraz Nery**

[Redacted]  
**Diretor-Presidente**

**Testemunhas:**

DocuSigned by:  
*Brian Van Kregten*  
[Redacted]  
Nome: **Brian Van Kregten**  
[Redacted]

DocuSigned by:  
*Thaís de Melo Cunha*  
[Redacted]  
Nome: **Thaís de Melo Cunha**  
[Redacted]